

O ANALFABETISMO FUNCIONAL: REFLEXO NAS DESIGUALDADES SOCIAIS DO BRASIL

Rakel Brandão de Souza¹
Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca²
Daniela da Costa Britto Pereira Lima³

RESUMO

A presente pesquisa, que visa identificar as implicações entre analfabetismo funcional e desigualdade social no Brasil, questiona a relação estabelecida entre essas duas problemáticas e a contextualidade da desigualdade no país. Este estudo é de abordagem qualitativa, com o uso de dados quantitativos, do tipo documental. Os resultados evidenciam o analfabetismo rudimentar e funcional como problema social histórico do Brasil, não apenas um indicativo de determinantes e problemas intraescolares, mas também a influência de condicionantes sociais, históricos, raciais e de gênero que subjagam os coletivos desiguais. Portanto, o analfabetismo relaciona-se com as desigualdades em suas distintas dimensões. Desigualdade extrema que afeta a educação em todas as suas etapas e modalidades. Ao final do estudo, apontou-se que o analfabetismo funcional sempre foi um problema importante e que precisa ser retomado, pois inviabiliza a garantia do direito à Educação.

Palavras-chave: Analfabetismo; desigualdades; educação; alfabetização.

FUNCTIONAL ILLITERACY: A REFLECTION ON SOCIAL INEQUALITIES IN BRAZIL

ABSTRACT

This research, which aims to identify the implications between functional illiteracy and social inequality in Brazil, questions the relationship established between these two issues and the context of inequality in the country. This study has a qualitative approach, with the use of quantitative data, of the documentary type. The results show rudimentary and functional illiteracy as a historical social problem in Brazil, not only an indication of intra-school determinants and problems, but also the influence of social, historical, racial and gender conditioning factors that subjugate unequal collectives. Therefore, illiteracy is related to inequalities in their different dimensions. Extreme inequality that affects education in all its stages and modalities. At the end of the study, it was pointed out that functional illiteracy has always been an important problem and that it needs to be resumed, as it makes the guarantee of the right to Education unfeasible.

Keywords: Illiteracy; Inequalities; education; literacy.

Recebido em 27 de maio de 2023. Aprovado em 30 de agosto de 2023

¹ Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás. rakelbrandao12@gmail.com

² Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Estatutário da Escola Municipal Ayrton Senna da Silva. cidafonseca.rodrigues@gmail.com

³ Professora Associada da Universidade Federal de Goiás no Curso de Pedagogia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFG (2022-atual). Editora Chefe da Revista Em Rede (2022-atual) e Editora Associada da Revista RBPAAE/Anpae (2023-atual). Membro do Conselho Editorial da Revista Revelli (UEG), da Revista Exitus (UFOPA) e da Revista Série-Estudos da UCDB. Líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologias e Educação a Distância (GEaD/UFG/DGP-CNPq). daniela_lima@ufg.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva identificar as implicações entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, tendo em vista o contexto da pandemia da Covid-19 no país que agravou as desigualdades sociais e educacionais, bem como acentuou dificuldades no campo da Educação, como a evasão, o fracasso escolar e a erradicação do analfabetismo, por exemplo.

Segundo a UNICEF (2020)

[...] cerca de 4 milhões de residentes com crianças ou adolescentes de 4 a 17 anos que relataram que elas não realizaram atividades escolares à distância servem de alerta para mostrar que há margem para um agravamento da situação de exclusão no acesso à educação de crianças e adolescentes em idade escolar em função das consequências trazidas pela pandemia (UNICEF, 2020, p. 29).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2019) indica que, em 2019, 4% das crianças e adolescentes com idade entre 4 a 17 anos estavam fora da escola. Também vale citar que no segundo trimestre de 2021 houve um aumento de 171,1% de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que estavam fora das escolas, comparando com 2019.

No que se refere à renda familiar, o documento “Impactos primários e secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes” de 2020 aponta impactos na renda da população, principalmente nas famílias que residem com crianças e adolescentes (UNICEF, 2020, p 28).

Observando os relatórios elaborados pela UNICEF (2020, 2021a, 2021b), nota-se que o impacto da pandemia na renda familiar continuou e se agravou, tornando a “reestruturação” da renda familiar frente ao contexto da pandemia, um desafio que exige a criação de uma política de transferência de renda. O mesmo está acontecendo na educação, em que as repercussões da pandemia causaram retrocesso e exacerbação de velhos desafios como a alfabetização.

É evidente que o analfabetismo funcional é mais perceptível entre as classes empobrecidas, vítimas da desigualdade social. A pesquisa desenvolvida parte desse ponto de vista e reflexão, uma vez que a educação é um direito civil e o analfabetismo funcional está relacionado à não garantia desse direito.

Para se chegar às análises teóricas realizadas, a presente pesquisa foi produzida a partir de um levantamento bibliográfico que possibilitou verificar a quantidade de trabalhos produzidos acerca da temática e como os autores discutem os conceitos e concepções de analfabetismo e desigualdades. O levantamento realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no ano de 2022, aponta o baixo quantitativo de trabalhos nos últimos 3 anos, tendo em vista o contexto alarmante da Pandemia de Covid-19 que indica uma tendência do aumento das taxas de analfabetismo; bem como evidencia a historicidade da problemática e expressa o interesse de outras áreas de conhecimento pela temática, além da Educação.

Considerando o objetivo e a importância da temática, o presente estudo é de abordagem qualitativa, concebendo como a abordagem predominantemente utilizada em pesquisas na área educacional, “que pretende interpretar em vez de mensurar, pensa mais em termos de compreensão da realidade e dos sujeitos” (MENDONÇA, 2017, p. 90), do tipo documental, uma vez que as obras são fontes importantes para pesquisas qualitativas (CELLARD, 2010; e do tipo bibliográfica, procedimento metodológico imprescindível na produção de conhecimento científico que proporciona a investigação dos estudos produzidos sobre a temática (LIMA; MIOTO, 2007).

O presente artigo se estrutura em 3 itens, além da introdução. O primeiro propõe apresentar o conceito de alfabetização, letramento e analfabetismo; o segundo traz uma breve conceituação do que se entende sobre as desigualdades no país; o terceiro tópico busca relacionar os objetos de conhecimento deste estudo, debruçando-se no objetivo de tecer sobre as implicações entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil. Por fim, as considerações finais visam alçar uma reflexão sobre a realidade educacional e social no país.

Analfabetismo Funcional: Quando As Letras Não Fazem Sentido

No geral, a institucionalização da educação, isto é, a implementação (construção) da educação escolarizada no Brasil, ocorre sob o solo das desigualdades, baseando-se em uma visão da Educação como modeladora, opressora e ferramenta para reprodução e manutenção das desigualdades e do sistema opressor, favorecendo brancos e filhos dos colonos (BRAGA; MAZZEU, 2017).

No país, a expulsão dos jesuítas foi um marco na história da educação brasileira, pois a partir desse momento, a responsabilidade pela formação dos cidadãos passou a ser do Estado. Na época do Império brasileiro, em que a escravidão era uma realidade, a escolarização se limitava aos homens livres, e a educação não era uma prioridade nesse contexto. Isso acabou gerando uma desigualdade social ainda mais acentuada, tornando mais difícil a inclusão educacional de grupos sociais mais vulneráveis.

As demandas do sistema capitalista ocasionaram modificações no desenvolvimento econômico, vindo a refletir no campo educacional. Esse período segue com reformas e decretos excludentes. No Censo realizado em meados de 1872, o Brasil foi classificado como o campeão mundial do analfabetismo (FERRARO; KREIDLOW, 2004). O analfabetismo surge como questão política apenas com a Lei Saraiva de 1882 (FERRARO; KREIDLOW, 2004), e na década de 1930 continuou sendo um obstáculo ao desenvolvimento econômico do país. Porém, a massificação da escola e a oferta de ensino público culminaram na produção de analfabetos funcionais, uma vez que a escolarização do trabalhador visava instrução mínima a fim de executar seu trabalho.

A partir de um breve estudo do histórico do analfabetismo no Brasil, nota-se que a Educação, no geral, mas principalmente a de jovens e adultos, sempre apresentou distintos desafios. Apesar da fundação de ligas, campanhas, leis, projetos, associações, movimentos e políticas que ressaltaram a urgência da problemática, o analfabetismo rudimentar e funcional persiste resistindo a distintos contextos e períodos históricos.

Contudo, nota-se que uma concepção de Educação restrita à qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, para formar indivíduos acrílicos impossibilita a erradicação do analfabetismo rudimentar e funcional e a superação das desigualdades. Uma breve revisão das raízes do analfabetismo, portanto, permite compreender a produção histórica do analfabetismo como problema social e como problema crônico nacional.

Para conceituar o analfabetismo funcional, faz-se necessário abordar as concepções de alfabetização e letramento concebidas nesta pesquisa. Referindo-se ao último, Soares (2020) concebe a alfabetização como um “conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas” (SOARES, 2020, p. 27). Nessa concepção se insere o desenvolvimento da “[...] habilidade motora de uso de instrumentos de escrita [...]” e a “[...] aquisição de modos de escrever e de modos de ler [...]” (SOARES, 2020, p. 27, grifo nosso).

Contudo, alfabetizar um indivíduo partindo de uma concepção de alfabetização que se restringe à decodificação (ensinar a ler) e codificação (ensinar a escrever) impossibilita “[...] formar leitores e produtores de texto [...]” (SOARES, 2020, p. 11, grifo nosso), uma vez que ler e escrever são práticas sociais e têm diversas demandas. No entanto, a autora cita outro

conceito que deve estar relacionado à alfabetização, ao letramento.

De acordo com Soares (2020), letramento se refere à:

[...] capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoas que envolvem a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para dar apoio à memória, etc.; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidade de orientar-se pelas convenções da leitura que marcam o texto ou de lançar mão dessas convenções; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor (SOARES, 2020, p. 27).

Portanto, “o processo de apreensão do código alfabético deva ser associado à compreensão dos significados e seus usos sociais em diferentes contextos” (BRASIL/ INEP, 2013, p. 9). Nesse sentido, um indivíduo alfabetizado e letrado apreende o sistema alfabético de escrita e sua prática social: leitura, produção e interpretação de textos (SOARES, 2020). A alfabetização dissociada do letramento não é capaz de formar alfabetos funcionais, ambas também são importantes para a continuidade da escolarização (SOARES, 2020).

Assim posto, o analfabetismo funcional atesta a falha do processo de alfabetização, especificamente, no letramento, compreendendo as desigualdades como uma das principais causas do fracasso e da evasão escolar de empobrecidos.

O surgimento do termo e a elaboração do conceito de analfabetismo funcional foram processos que exigiram (e exigem) pesquisas não apenas na área da Educação (RIBEIRO, 1997). Ribeiro (1997) escreve que o termo foi utilizado de distintas maneiras, seja para

[...] designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita, ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à “sobrevivência” nas sociedades industriais (RIBEIRO, 1997, p. 145, grifo nosso)

Nesse sentido, relacionando o analfabetismo funcional às competências funcionais, considerando a leitura e a escrita habilidades genéricas, ou voltado ao campo e usos sociais. A progressão de pesquisas sobre o alfabetismo e o analfabetismo distanciaram-se de designar um único conjunto de habilidades em prol do

[...] estabelecimento de conjuntos de tarefas socialmente relevantes, nas quais usos de materiais impressos ou escritos podem estar implicados. Mais do que a definição de sub-habilidades que comporiam habilidades de leitura ou de escrita genéricas, esses estudos procuram investigar a capacidade dos indivíduos de aplicar essas habilidades para atingir metas específicas, socialmente significativas (RIBEIRO, 1997, p. 147)

Desse modo, o conceito de analfabetismo funcional vai além do domínio da leitura e da escrita superficiais, vagas, separadas de seu uso e natureza social. Abordar as concepções de alfabetização e analfabetismo é imprescindível, pois a forma que se entende o analfabetismo funcional, se relaciona com o modo de pensar os alfabetos funcionais e o desenho de políticas efetivas, o que requer reflexão sobre a função da escola e o papel do Estado.

No que concerne às definições atribuídas ao termo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (BRASIL/ INEP, 2013, p. 9) considera que “[...] um indivíduo alfabetizado não será aquele que domina apenas rudimentos da leitura e da escrita e/ou alguns significados numéricos, mas aquele que é capaz de fazer uso da língua escrita e dos conceitos matemáticos em diferentes contextos [...]”. Logo, entende-se o analfabeto funcional, um cidadão que não consegue aplicar tais conhecimentos na vida em comunidade. Vale destacar que a definição de analfabetismo passou por diversas revisões, produto das transformações sociais.

Consoante à Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro (2005):

Em 1958, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em uma de suas principais missões definia como analfabetizada uma pessoa que não é capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado à sua vida diária (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2005, p. 2)

Em 1978, a UNESCO (Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) conceitua analfabeto funcional como

Toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples e efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê ou de usar a leitura e escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional (RIBEIRO, 1997, p. 155)

É capital frisar que a UNESCO considera a variabilidade do conceito de analfabetismo funcional de acordo com a realidade de cada país e do contexto educacional ao qual o indivíduo está sujeito. Em contrapartida, a organização propôs o uso do número de anos de escolarização como indicador do nível de alfabetização nacional e regional. Desse modo, são desconsideradas a realidade social, a alfabetização e o letramento plenos, ademais conceber como bastante as variações dos anos de escolaridade, acarreta na flexibilidade do conceito que possibilita a perspectivas, interpretações e ideologias opostas a função social da alfabetização (RIBEIRO, 1997).

Portanto, cabe destacar que o papel de âmbito internacional executado pela UNESCO é, mormente, política e não de natureza científica (RIBEIRO, 1997). Nesse sentido, é mister analisar criticamente as finalidades e intencionalidades da organização.

É necessário combater uma concepção que se volta a formar uma força de trabalho capaz de se adaptar às condições econômicas e ao mercado, apreendendo uma concepção de alfabetização que visa transformar a estrutura política e econômica, não a verossimilhança do sujeito a elas, sua função deve ser interpretada de forma que os projetos de alfabetização atendam aos interesses dos empobrecidos e oprimidos (RIBEIRO, 1997).

Contudo, a função do letramento e da alfabetização deve ir além das finalidades e usos da esfera econômica para qualificar a força de trabalho, com habilidades básicas para o ingresso e submissão ao mercado de trabalho, mas considerando que a educação, a alfabetização e o letramento deve priorizar a formação do sujeito nas dimensões sociais, culturais e políticas.

Reflexões Sobre As Desigualdades No Mundo Contemporâneo

O analfabetismo é produto da desigualdade no país que indica as falhas do processo de alfabetização e letramento, da garantia da própria Educação. Diferentes governos promoveram programas com a finalidade de combater o analfabetismo, problema visto como crônico no Brasil (DINIZ; MACHADO; MOURA, 2014) e as desigualdades educacionais como vergonha

nacional, mancha e sinal de atraso (ARROYO, 2010).

De acordo com Arroyo (2010), as desigualdades são produzidas por meio de “[...] padrões de concentração da renda e da terra, de destruição da agricultura familiar, pelo aumento das imigrações, dos aglomerados de moradias precaríssimas, do trabalho informal, da sobrevivência nos limites extremos”. (ARROYO, 2010, p. 1393) Assim, as desigualdades sociais não são naturais, mas são naturalizadas. Tal realidade deveria ser inaceitável, uma vez que, por exemplo, a pobreza como ausência de renda que inviabiliza a manutenção de condições mínimas de vida, não deve ser relacionada a insuficiência de recursos, em outras palavras, o Brasil não é um país pobre, porém com muitos empobrecidos (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000), entretanto, a pobreza permanece.

De acordo com Kerstenetzky (2002), as desigualdades socioeconômicas podem ser definidas como “desigualdades duráveis”, pois

Trata-se de desigualdades que se repetem historicamente, entre grupos sociais, étnicos, de certas localidades, de gênero, de tal modo que ter nascido em um determinado grupo, local, etnia ou gênero revela-se o melhor preditor das chances de “sucesso” de um indivíduo dentro da sociedade, ou da quantidade de opções reais diante dele (KERSTENETZKY, 2002, p. 659).

Arroyo (2010) também afirma que

[...] as desigualdades e injustiças, as inferiorizações dos coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero e orientação sexual, do campo e das periferias, enfim, a produção dos diferentes em desiguais é uma produção histórica que se deu e se reproduz nas relações políticas racializadas de dominação-subordinação, nos padrões de apropriação-segregação dos bens de produção da existência: o trabalho, a terra, a renda, o espaço com centralidade (ARROYO, 2010, p. 1414).

Destarte, é fato que as desigualdades são intensas e estáveis, tais se mantêm, se moldam e se integram aos diferentes contextos,

[...] resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas. Desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 141).

Nesse sentido, será possível superar a desigualdade pensando-a não apenas como a causa de males, todavia como produto de processos e procedimentos (KERSTENETZKY, 2002). Bem como será possível erradicar o analfabetismo, não entendendo-o somente como expressão das desigualdades educacionais, em seus determinantes intra escolares e intra sistema, entretanto, também como manifestação de determinantes extra escolares e extra sistema, isto é, as desigualdades sociais.

Segundo Arroyo (2010), um conjunto de desigualdades históricas condiciona as desigualdades educacionais.

Ao pensamento sócio-pedagógico mais crítico das últimas décadas devemos ter levado as análises das desigualdades educacionais para além dos supostos determinantes intraescolar e intrassistema, para os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero, raça, etnia, campo, periferia. Avançando até as determinações dos padrões de poder, trabalho, acumulação,

concentração-exclusão da terra e da renda (ARROYO, 2010, p. 1382, grifo nosso).

Isto posto, apreende-se que o analfabetismo rudimentar e funcional não são somente produtos das desigualdades educacionais, mas também das desigualdades sociais, raciais, sexistas, etárias, econômicas, aos quais os indivíduos estão subjugados. Portanto, o analfabetismo não é apenas problema da Educação, as instituições escolares não devem ser as únicas responsáveis pela erradicação do analfabetismo, uma vez que é utópico solucionar o analfabetismo, sem suprimir as desigualdades.

No entanto, é necessário compreender que a Educação possui papel importante para a superação das desigualdades e, conseqüentemente, do analfabetismo. Nesse sentido, o papel da educação deve transcender a função de reproduzir a ideologia dominante ou apenas contradizê-la. A educação deve ser uma prática de mobilização e intervenção, em oposição à ocultação e reprodução das desigualdades (FREIRE, 2002).

Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta (FREIRE, 2002, p. 42).

Entretanto, tal visão da educação se perde. Conforme Delgado, Miranda-Ribeiro e Soares (2012) “O ensino brasileiro é desigual e isso repercute em vários aspectos da vida social, contribuindo ainda mais para perpetuar as desigualdades já existentes” (DELGADO; MIRANDA-RIBEIRO; SOARES, 2012, p. 166). Portanto, fica evidente que a Educação e as próprias desigualdades educacionais, condicionadas às desigualdades em suas distintas dimensões, contribuem para a manutenção dessa última.

É importante combater concepções que descaracterizam as profundas desigualdades no país, como carências que necessitam ser supridas pelo Estado (ARROYO, 2010) para a formulação de políticas eficientes que possibilitem sua superação, uma vez que “[...] as desigualdades são de condições de viver, de emprego, de sobrevivência, de exploração no trabalho até explorações múltiplas do trabalho infante-juvenil” (ARROYO, 2010, p. 1390).

Por fim, infere-se que a desigualdade é uma problemática social e histórica, isto é, em constante reprodução e manutenção, e umas das conseqüências é a (re)produção do analfabetismo rudimentar e funcional, além da precarização das condições de vida, a pobreza e o desemprego, por exemplo. Posto isso, verifica-se que as desigualdades sociais relacionam-se com o analfabetismo funcional, implicações que serão discutidas no próximo item.

Implicações Entre O Analfabetismo Funcional E As Desigualdades Sociais No Brasil

A partir dos próprios conceitos de alfabetização, letramento, analfabetismo e desigualdades, é possível assimilar a existência de uma relação entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil.

Sinteticamente, o analfabetismo funcional é conseqüência da falha no processo de alfabetização, principalmente no que se refere ao letramento. Entretanto, o analfabetismo também revela as desigualdades existentes que impossibilitam a continuidade dos estudos, bem como afirmam Costa e Mendes (2012, p. 237), “[...] as desigualdades sociais persistem ao longo do tempo, dificultando que os indivíduos das camadas inferiores completem a escolarização formal”; e Guzzo, Euzébio Filho (2005), considerando que a evasão escolar se associa a péssimas condições econômicas e sociais.

No entanto, o analfabetismo - assim como outras problemáticas - é vinculado apenas às desigualdades educacionais, em uma concepção que as compreendem como produtoras de todas as desigualdades sociais, econômicas, das periferias e dos campos. Assim, “[...] as políticas de igualdade de acesso, de permanência na escola básica, em padrões mínimos universais de qualidade, continuam pensadas como redentoras de todas as formas de injustiça e desigualdades” (ARROYO, 2010, p. 1398)

Nesse sentido, infere-se que criar projetos de alfabetização, elaborar políticas compensatórias e de inclusão, não são suficientes para solucionar uma questão tão profunda, estável e histórica como as desigualdades e o analfabetismo. Considerando a relação entre ambos, aumentar os anos de escolaridade e garantir o acesso à escola sem condições mínimas de vida não é suficiente para superar o analfabetismo, uma vez que o Estado desconsidera as repercussões das desigualdades em suas distintas dimensões, descaracterizando o analfabetismo.

A relação entre desigualdades e analfabetismo é evidente, logo, torna-se imprescindível observar o contexto atual educacional e social do Brasil, pois de acordo com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada no segundo trimestre de 2019, existem 11 milhões de analfabetos de 15 anos de idade ou mais no Brasil, o que corresponde a um percentual de 6,6 % de brasileiros (IBGE, 2020). Além disso, apesar de que a proporção de pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio no país tenha aumentado, quase metade dos adultos não completou este nível de educação básica, isto é, 47% da população (OCDE, 2021). Um breve resumo dos dados analisados estima que apenas 7 em cada 10 brasileiros, entre 15 e 64 anos, podem ser considerados alfabetizados funcionalmente (OCDE, 2021).

Consoante o estudo realizado pelo Inaf - Indicador de Alfabetismo Funcional (AÇÃO EDUCATIVA, INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018), a evasão e o abandono escolar são agentes cruciais para a (re)produção do analfabetismo funcional. No entanto, é claro que o analfabetismo funcional está atrelado a desafios de permanência escolar; desse modo, universalizar e garantir o acesso à Educação não é suficiente, dadas as demandas impostas aos coletivos desiguais.

O documento “Impactos da Pandemia na alfabetização de crianças” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021), criado a partir dos dados da PNAD, expõe os efeitos observáveis da pandemia na alfabetização de crianças com 6 e 7 anos de idade. A nota técnica sublinha que:

Entre 2019 e 2021, houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos de idade que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever. Eram 1,4 milhão de crianças nessa situação em 2019 e 2,4 milhões em 2021. Em termos relativos, o percentual de crianças de 6 e 7 anos que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever foi de 25,1% em 2019 para 40,8% em 2021. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 2)

À vista disso, em 2021 estimou-se que cerca de 2,4 milhões de crianças não sabiam ler e escrever. Cabe ressaltar que essas repercussões salientam e evidenciam as desigualdades entre crianças pretas e pardas e crianças brancas. Conforme a nota técnica, “os percentuais de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever chegaram a 47,4% e 44,5% em 2021, sendo que, em 2019, eram de 28,8% e 28,2%. Entre as crianças brancas, o percentual passou de 20,3% para 35,1% no mesmo período” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 4).

Considerando a análise das taxas de analfabetismo, segundo critérios e categorias de cor ou raça, a assimetria entre brancos, pretos e pardos é óbvia. O PNAD aponta que “em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pessoas de cor preta ou parda”. Ademais, “no grupo etário de 60 anos ou mais,

a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%” (IBGE, 2019, p. 2)

Também faz-se essencial mencionar a desigualdade perceptível entre enriquecidos e empobrecidos, uma vez que “dentre as crianças mais pobres, o percentual das que não sabiam ler e escrever aumentou de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021. Dentre as crianças mais ricas, por outro lado, o aumento foi de 11,4% para 16,6%” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 4).

Destarte, fica claro que as desigualdades - em suas distintas dimensões - repercutem no ensino, na escolarização e na educação, razão pela qual esses fatores não podem ser ignorados. Analisar e comparar os índices de analfabetismo rudimentar e funcional desvela a intensidade e a influência das desigualdades sobre o analfabetismo, tendo em vista que ratificam como as esferas de raça, região, sexo e idade repercutem nas desigualdades educacionais e interferem na escolarização.

Abordar a relação entre pobreza e educação é fundamental, tendo em vista que a renda familiar repercute no acesso, garantia e continuidade da educação. Assim, a pesquisa “Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes - 2ª Rodada” (UNESCO, 2021a), aponta que:

Em novembro de 2020, 55% dos brasileiros com 18 anos ou mais afirmavam que sua renda familiar havia diminuído desde o início da pandemia, mesmo percentual observado na primeira rodada da pesquisa, e que representa aproximadamente 86 milhões de brasileiros (UNICEF, 2021a, p. 17-18).

Durante a pandemia, mais da metade da população brasileira sofreu com a redução de renda. Outrossim, “[...] a percepção de diminuição da renda familiar durante a pandemia varia de acordo com segmentos socioeconômicos e demográficos da população” (UNICEF, 2021a, p. 18). Isso indica que houve maior impacto nos “estratos economicamente mais vulneráveis” (UNICEF, 2021a, p. 35).

Ainda segundo a pesquisa, “quando analisado o volume da redução da renda entre os que identificaram que a renda familiar diminuiu, constata-se novamente o maior impacto entre segmentos menos favorecidos economicamente” (UNICEF, 2021a, p. 18), Ou seja, quanto menores o nível da renda familiar e a classe socioeconômica, mais frequente são os relatos de diminuição de renda (UNICEF, 2021a, p. 18), logo, os empobrecidos ficaram mais empobrecidos.

Um fator importante a considerar é que o impacto da pandemia e a consequente perda de rendimentos foram maiores para os que vivem com crianças ou adolescentes (UNICEF, 2021a). Essa conjuntura afeta o acesso e a qualidade do ensino público, principalmente no que diz respeito à realidade dos educandos no ensino remoto.

Vale ressaltar que as autoras deste estudo citaram os dados obtidos pela organização “Todos pela Educação” para substanciar a realidade educacional no Brasil, no entanto, sabe-se das intencionalidades e finalidades da organização com o uso destes dados, o que deve ser abordado criticamente; assim, as pesquisadoras não concordam e não seguem o viés dessa instituição. Arroyo (2010) tece que os resultados e índices de pesquisas devem ser utilizados e considerados na formulação de políticas eficazes voltadas aos coletivos desiguais, não fundamentando-se em ideologias reprodutivistas, às necessidades do mercado, do Capital, em uma visão que apreende a Educação como única responsável por erradicar as desigualdades. A reprodução de tal concepção torna como cerne as instituições escolares, todavia, este foco convém para depreciar e desvalorizar a escola pública, não para investir e valorizá-la.

A rede pública de ensino atende a maior quantidade de matrículas do Brasil para a educação básica. A exemplo, foi registrado cerca de 81.4% do total de matrículas no ano de

2020 nas dependências administrativas federal, estadual e municipal, ou seja, 38.504.108 educandos matriculados (LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS, 2020), contra 8.791.186 de matrículas nas dependências administrativas privada sem detalhamento, privada conveniada sem fins lucrativos, privada conveniada com fins lucrativos, privada não conveniada sem fins lucrativos ou privada não conveniada com fins lucrativos, o que corresponde a 18.6% do número total de inscrições no ano de 2020, a saber 47.295.294 matrículas (LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS, 2020), ainda que - segundo o Censo escolar - entre os anos de 2019 e 2021 houve queda de matrículas de crianças (BRASIL/ INEP, 2021), isto é, mais de 650.000 crianças saíram da escola.

Segundo o PNAD Contínua (2019):

A rede pública de ensino tem atendido a maior parte dos estudantes desde a creche até o ensino médio, sendo, em 2019, responsável por 74,7% dos alunos na creche e pré-escola, 82,0% dos estudantes do ensino fundamental regular e 87,4% do ensino médio regular. Essa preponderância da rede pública nesses cursos é contínua e de um ano para outro a variação tem sido pequena (IBGE, 2019, p. 5).

Embora a rede pública de ensino seja responsável pela educação da maioria dos estudantes no país, ela muitas vezes é culpada pelo abandono e evasão escolar, bem como pela violência e criminalidade. As escolas são frequentemente desqualificadas e vistas como incompetentes para resolver problemas e atender às necessidades sociais. Nesse sentido, alguns defendem que a privatização seria a melhor solução. No entanto, a maioria dos alunos abandonam a escola por motivos que extrapolam o ambiente escolar, o que indica que a escola em si não é a única responsável pela evasão e abandono escolar. É importante ressaltar que a educação por si só não é capaz de solucionar completamente o problema do analfabetismo e das desigualdades sociais. É preciso um esforço conjunto de toda a sociedade para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de sua origem social.

Contudo, entende-se que é ineficaz formular políticas públicas a partir de uma concepção de analfabetismo funcional e rudimentar apenas no quadro da desigualdade educacional, ignorando outros determinantes, entre outros problemas sociais de grande importância que repercutem e condicionam os coletivos desiguais. As desigualdades educacionais não atuam sozinhas para abandono e evasão escolar, deste modo, as desigualdades educacionais não são as únicas responsáveis pela exclusão à educação, à saúde, à segurança, a melhores condições de vida. (SOUZA, 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo identificar as implicações entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, visando tecer considerações sobre quais eram as relações constituídas entre os objetos de estudo.

A introdução deste artigo traz dados quantitativos sobre as repercussões da pandemia de Covid-19 na renda e na educação, principalmente em crianças e adolescentes. O primeiro item aborda de forma breve o histórico do analfabetismo funcional no Brasil, possibilitando vê-lo como uma problemática crônica, também compondo conceitos acerca do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, iniciando a discussão pelo conceito de alfabetização, seguido por conceituações de analfabetismo e analfabetismo funcional. O segundo se propôs a discutir a questão das desigualdades no Brasil com base em teóricos. Já o terceiro tópico se dispôs a debater as relações entre as desigualdades sociais e o analfabetismo funcional, implicações existentes entre problemáticas persistentes e estáveis.

A análise dos dados adjuntos às discussões realizadas revela o contexto de extrema

desigualdade entre raças, enriquecidos e empobrecidos, regiões e faixas etárias. Logo, é evidente a relação substantiva entre as condições educacionais e esses determinantes. Portanto, o analfabetismo funcional não indica apenas problemas intraescolares, é produto de condicionantes sociais, históricos, de raça e gênero, nos quais os sujeitos desiguais estão submetidos, uma vez que tais condições que corroboram para a interrupção do processo de alfabetização, no geral, da escolarização - e que a questão do analfabetismo no país impacta de forma totalmente assimétrica os diferentes coletivos.

Tendo em vista que concebe-se como analfabeto funcional o indivíduo que ingressou no processo de escolarização, porém que não foi alfabetizado e letrado, o direito à Educação lhe foi negado. Além de uma falha no processo de alfabetização, há o fracasso do Estado, da sociedade. A Educação não é um favor, um serviço, a falha na garantia dos direitos interfere no caráter da própria democracia.

Contudo, infere-se que não há como erradicar o analfabetismo sem solucionar as desigualdades, por isso, ambas problemáticas persistem em constante manutenção. Nesse sentido, é importante retomar e aprofundar as discussões sobre as relações entre a educação e a desigualdade, não somente restringindo-se ao analfabetismo, tendo em vista as repercussões da pandemia que desvelaram e acentuaram essa última. Portanto, nota-se a vigência e urgência da questão na sociedade brasileira considerando que ao haver a reprodução e manutenção das desigualdades em suas diferentes dimensões, haverá a reprodução e manutenção do analfabetismo rudimentar e funcional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF Brasil 2018**: resultados preliminares. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018.

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **5o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**: Um diagnóstico para a inclusão social pela educação [Avaliação de Leitura e Escrita]. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2005.

ARROYO, M. G. **Políticas educacionais e desigualdades**: à procura de novos significados. Educação & Sociedade [online] v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>. DOI 10.1590/S0101-73302010000400017. Acesso em: 5 ago. 2022.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online] v. 15, n. 4, p. 123-142, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>. DOI 10.1590/S0102-69092000000100009. Acesso em 5 ago. 2022.

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 24-46, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília - DF, 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília - DF, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico**: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al* (Orgs.) **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2010, p. 295 – 316.

DELGADO, V. M. S.; MIRANDA-RIBEIRO, A.; SOARES, J. F. Desigualdade escolar e desempenho, In: FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTTI, B.; BRONZO, C. (Orgs.) **Desigualdades Educacionais e Pobreza**, Belo Horizonte: MG, Editora PUC Minas, 2012, p. 163-208. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297_Desigualdades_Educacionais_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcffbd/Desigualdades-Educacionais-Pobreza.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

DINIZ, G.; MACHADO, D. de Q. e MOURA, H. J. de. Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 48, n. 3, p. 641-666, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-76121514>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121514>. Acesso em: 4 set. 2022.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 7 jan. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUZZO, R. S. L.; EUZEBIOS FILHO, A. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educacionais**, Ibitiré, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso. acessos em 07 jan. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019**: Educação 2019. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

KERSTENETZKY, C. L. Por que se importar com a desigualdade. **Dados** [online], v. 45, n. 4, p. 649-675, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400004>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS. Plataforma de Dados Educacionais: indicador de número de matrículas. LDE, 2020. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>. Acesso em: 12 dez. 2022.

LIMA, T. C. S. De; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, [s.l.], v. 10, n. Especial, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

MENDONÇA, P. B. de O. **A metodologia científica em pesquisas educacionais: pensar e fazer ciência**. Interfaces Científicas [s.l.] , v. 5, n. 3, p. 87-96, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4020>. Acesso em: 9 jul. 2022.

COSTA, B. L. D; MENDES, I. A. A. Família e desempenho escolar em Minas Gerais: recursos familiares e defasagem escolar. In: FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTTI, B.; BRONZO, C. (Orgs.) **Desigualdades Educacionais e Pobreza**, Belo Horizonte: MG, Editora PUC Minas, 2012, p. 49 - 66. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297_Desiguadades_Educacionais_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcfbd/Desiguadades-Educacionais-Pobreza.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

OCDE. **A Educação no Brasil: Uma perspectiva internacional**, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

RIBEIRO, V. M. Alfabetismo Funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade** [online], v. 18, n. 6, p. 144-158, 1997. DOI 10.1590/S0101-73301997000300009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000300009>. Acesso em: 5 ago. 2022.

SOARES, M. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, R. B. **O analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil**. 2023. 145 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **Nota técnica: Impactos da Pandemia na Alfabetização de Crianças**, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

UNICEF, Brasil, IBOPE, Inteligência. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes: Relatório de Análise, 1a Onda**. Brasil, 21 out. 2020. Job: 200372. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>. Acesso em 04 jul. 2022.

UNICEF, Brasil, IBOPE, Inteligência. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes: Relatório de Análise, 2a Rodada**. Brasil, 21 jan. 2021a. Job: 200372_02. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/12546/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-

secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_segunda-rodada.pdf. Acesso em 04 jul. 2022.

UNICEF, Brasil, IBOPE, Inteligência. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes**: Relatório de Análise, 3a Rodada. Brasil, 19 jul. 2021b. Job: 21010. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/15136/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_terceira-rodada.pdf. Acesso em 04 jul. 2022.